

CDD vai litigar, dentro e fora do País, contra o Acordo de Extradicação entre Moçambique e Ruanda para proteger a comunidade ruandesa em Moçambique

● O acordo em causa pode levar membros da comunidade ruandesa em Moçambique para cadeias onde, devido à falta de comida, os presos se matam uns aos outros para servirem de comida



A Bancada Parlamentar da Frelimo na Assembleia da República aprovou, em 20 de Março, a proposta de Resolução que ratifica o Acordo de Extradicação entre Moçambique e o Ruanda, um instrumento legal que visa agendas políticas do regime de Kigali, nomeadamente a perseguição de opositores políticos do Presidente do Ruanda, Paul Kagame, que se encontram em Moçambique protegidos pela Constituição da República de Moçambique (CRM) e pela legislação internacional. Não havendo ganhos para Moçambique, na

medida em que não se conhece nenhum moçambicano procurado pelas autoridades que se encontra no Ruanda, o instrumento está a ser visto como moeda de troca do Governo da Frelimo de Filipe Nyusi, pelo facto de o Ruanda estar a apoiar o país no combate contra o terrorismo. Porque violador dos direitos humanos, o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) vai litigar contra o acordo para evitar que ruandeses sejam colocados em cadeias onde, por falta de tudo, os presos se comem uns aos outros.

O instrumento em causa faz parte de um pacote de dois acordos¹ assinados em 3 de Junho de 2022, em Kigali, capital do Ruanda, pelo Ministro de Estado para os Assuntos Constitucionais e Legais do Ruanda, Nyirahabamina Soline, e pela Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, Helena Kida.

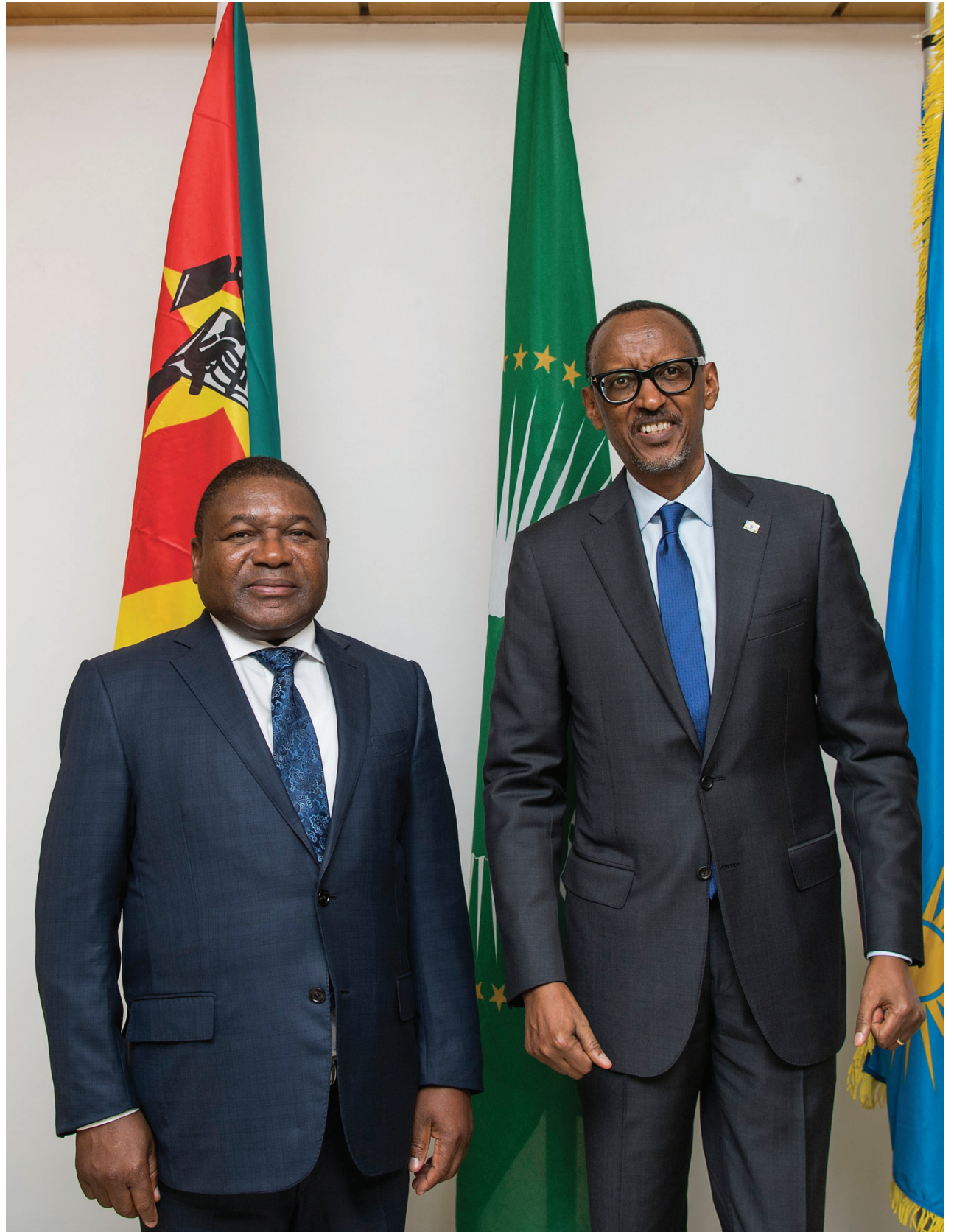
Trata-se do próprio Acordo de Extradução e do Acordo sobre a Assistência Mútua Legal em Matéria Criminal, aprovados pelo Conselho de Ministros, em Fevereiro de 2023.

Tal como fizemos referência em edições anteriores, a ratificação dos dois instrumentos é a legalização da perseguição dos opositores políticos do Presidente do Ruanda, Paul Kagame, que se intensificou com a entrada da tropa ruandesa em solo moçambicano para ajudar o Governo no combate contra o terrorismo e o extremismo violento em Cabo Delgado.

Tendo em conta que não se conhece qualquer moçambicano procurado pelas autoridades no Ruanda, o Acordo é uma gratificação de Nyusi ao seu "irmão" Kagame. Gratificação essa que faz parte de um pacote maior que inclui negócios² em Cabo Delgado e garantia de um quinhão de gás para Kigali.

Antes da assinatura dos acordos por Moçambique, o regime de Kigali operava em Moçambique por via do esquadrão da morte ruandês que de forma selectiva raptava e eliminava fisicamente os opositores de Kagame sob alegação de terem feito parte do Genocídio do Ruanda em 1994. É uma falsa alegação. Porque inimigo da democracia e dos valores e princípios liberais, Kagame persegue os seus compatriotas por conta da luta que travam pela democracia³, concretamente pela diversidade de opiniões e de maneiras de pensar.

Com a ratificação do primeiro acordo, a comunidade ruandesa na mira de Kagame está desesperada. Neste momento há, pelo menos, uma lista de 12 ruandeses que devem ser extraditados para o ajuste de contas com Kigali.



Violação da CRM e da legislação internacional

Ao legalizarem a perseguição de cidadãos ruandeses em razão da sua luta pela democracia, o Governo e a Assembleia da República estão a agir ao arpejo da CRM, das leis e convenções de que o País é signatário.

Nos termos do n.º 2 do artigo 20 da CRM, a República de Moçambique concede asilo aos estrangeiros perseguidos em razão da sua luta pela libertação nacional, pela democracia, pela paz e pela defesa dos direitos humanos.

O n.º 1 do Artigo 14º da Declaração Universal dos Direitos Humanos determina que todo o ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países. Mais grave ainda, é que Moçambique ratifica os dois acordos numa altura em que é membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

¹ <https://www.cartamz.com/index.php/politica/item/15791-kagame-devera-comecar-a-extraditar-seus-inimigos-este-ano>

² <https://cddmoz.org/paul-kagame-confirma-presenca-da-empresa-ruandesa-isco-security-em-cabo-delgado-2/>

³ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Nyusi-abre-portas-para-o-Patrao-Kagame-recolher-seus-opositores-politicos-refugiados-em-Mocambique.pdf>

Retroactividade da lei para legitimar as atrocidades cometidas pelo esquadrão da morte ruandês

Antes da assinatura dos dois acordos pelo Governo e da ratificação pela AR, Moçambique já vinha facilitando raptos, extradições extrajudiciais e assassinatos de ruandeses na mira do regime de Kigali. Por exemplo, em 13 de Setembro de 2021, Revocant Karemangingo, vice-presidente da Associação dos Refugiados Ruandeses em Moçambique (ARRM), foi assassinado a tiro perto da sua residência, no Bairro Liberdade, Cidade da Matola. Revocant Karemangingo actuava como comerciante em muitas áreas e empregava mais de 200 moçambicanos. Revocant Karemangingo foi a primeira vítima do esquadrão da morte ruandês depois da entrada da tripa ruandesa em Moçambique.

Poucos dias depois do assassinato de Revocant Karemangingo, a comunidade ruandesa residente em Moçambique denunciou a existência de uma lista de 20 refugiados ruandeses identificados como alvos a serem eliminados pelos esquadrões da morte do Governo de Paul Kagame. A lista foi elaborada pelo regime de Kigali e inclui refugiados ruandeses que estão em Moçambique e em outros países africanos. Em Moçambique há 12⁴ alvos de Kigali. Um refugiado ruandês que se identificou pelo nome de Alex, de 40 anos, contou, na altura, que chegou a Moçambique em Dezembro de 2003, depois de ter passado por Congo, Malawi e Tanzânia. Alex⁵ disse que ficou espantado quando tomou conhecimento de que seu nome constava da referida lista. "Eu não fiz nada para estar nessa lista. Não há nada que eu fiz contra o meu País. Ainda que tivesse praticado um crime, o correcto seria submeter-me a um julgamento. Por que é que não posso ser julgado? Será que Moçambique não nos pode ajudar?", questionou.

Ainda no ano de 2021⁶, concretamente no mês de Maio, a comunidade ruandesa repor-



tou o desaparecimento forçado do jornalista Ntamuhanga Cassien, que se encontrava exilado na Ilha de Inhaca, Cidade de Maputo. Cassien, de 37 anos, foi raptado por um grupo de oito pessoas que se identificaram como sendo agentes da PRM. Ele tinha o estatuto de refugiado com Cartão de Identificação/Registo nº 367-00020491, emitido pelo Instituto Nacional de Refugiados, em 26 de Abril de 2021. Mais tarde circularam informações segundo as quais Ntamuhanga Cassien tinha sido extraditado para o Ruanda para cumprir uma pena de 25 anos a que fora condenado em 2017 por crimes de conspiração contra o Governo e cumplicidade em acto terrorista, num processo com motivações políticas.

Mas a lista é extensa e inclui nomes como Louis Baziga⁷, de 47 anos de idade, assassinado em 2019, na Matola. Louis Baziga foi as-

assinado com uma arma na Av. da OUA, conhecida como "Estrada Velha", próximo da loja "Midas" da cidade da Matola. Era comerciante e proprietário de farmácias e mercearias. Em Outubro de 2012, ano considerado de estreia do esquadrão da morte ruandês, foi assassinado Théogène Turatsinze, na altura vice-reitor da Universidade São Tomás de Moçambique. O seu corpo foi encontrado a flutuar numa praia de Maputo.

Théogène Turatsinze⁸ possuía informações cruciais sobre um saque financeiro praticado no Banco Ruandês de Desenvolvimento, instituição de que foi director, de 2005 a 2007. O acordo em poder do CDD tem efeitos retroactivos. Esta é uma estratégia encontrada pelas partes para legitimar as atrocidades cometidas pelo esquadrão da morte ruandês.

O que espera aos ruandeses que serão entregues pelo regime de Filipe Nyusi ao regime de Kigali

As cadeias do Ruanda estão entre as piores do Mundo. Entre as muitas cadeias existentes naquele País, destaca-se a prisão de Gitarama⁹, considerada a mais assustadora do mundo. É temida por criminosos devido às condições desumanas e relatos de canibalismo entre os presos. Com uma capacidade para albergar 500 pessoas, a cadeia abriga cerca de seis mil

prisioneiros e muitos deles morrem por falta de oxigénio. Vídeos disponíveis na internet relatam um cenário dramático de um total isolamento, rotina que só é quebrada quando as instituições penitenciárias, uma vez por semana, entregam comida e recolhem corpos. A falta de comida leva os presos a comerem carne de outros presos. É para esta realidade que

os ruandeses que estão em Moçambique serão levados, com a cumplicidade do regime de Filipe Nyusi.

Considerando-o cenário de violação de direitos humanos, o CDD vai litigar, dentro e fora do País, contra o Acordo de Extradicação entre Moçambique e o Ruanda para proteger a comunidade ruandesa das garras de Paul Kagame.

⁴ <https://www.voaportugues.com/a/refugiados-ruandeses-em-mocambique-denunciam-lista-de-cidadãos-marcados-para-morrer-/6225738.html>

⁵ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Nyusi-abre-portas-para-o-Patrao-Kagame-recolher-seus-opositores-politicos-refugiados-em-Mocambique.pdf>

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Nyusi-abre-portas-para-o-Patrao-Kagame-recolher-seus-opositores-politicos-refugiados-em-Mocambique.pdf>

⁷ <https://observador.pt/2019/08/26/presidente-da-comunidade-ruandesa-em-mocambique-assassinado/>

⁸ <https://www.voaportugues.com/a/murder-mozambique/1528399.html>

⁹ <https://dgrj.com.br/cotidiano/conheca-a-prisao-mais-temida-do-mundo-onde-a-fuga-e-quase-impossivel>




Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

